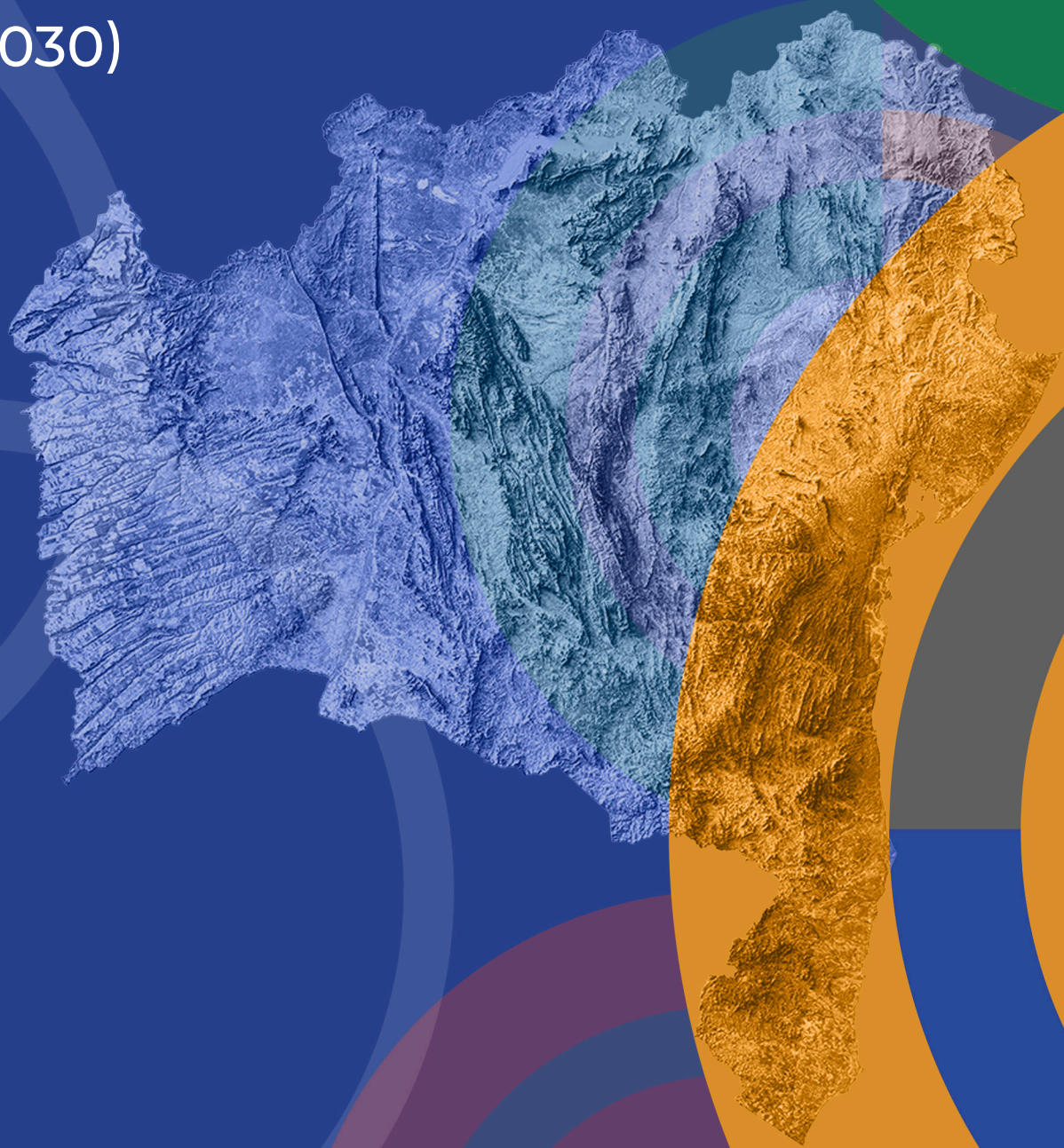


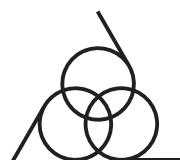
BAHIA: **CIÊNCIA COMO BASE** **PARA TRÊS MISSÕES** **DE DESENVOLVIMENTO** **SOCIOECONÔMICO** **(2027-2030)**



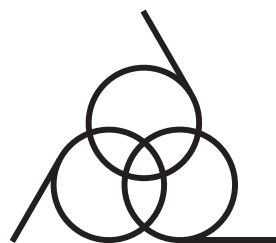
Academia de
Ciências da Bahia

BAHIA:

CIÊNCIA COMO BASE PARA TRÊS MISSÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO (2027-2030)



Academia de
Ciências da Bahia



Academia de Ciências da Bahia

Presidente

Manoel Barral-Netto

Vice-Presidente

Suani Rubim de Pinho

Diretora-Executiva

Marilda Gonçalves

Conselho Diretor

Wilson Araújo Lopes (Ciências Exatas, Agrárias, da Terra e Engenharias)
Marilda de Souza Gonçalves (Ciências da Saúde, Biomédicas e Biológicas)
João Carlos Salles Pires da Silva (Filosofia e Ciências Humanas)
Maria Theresa Oliva Marcilio de Souza (Ciências Sociais Aplicadas)
Luiz César Alves Marfuz (Artes e Letras)
Evelina de Carvalho Sá Hoisel (independente de área)
Robert Evan Verhine (independente de área)
Zelinda Margarida de Andrade Nery Leão (independente de área)

Autores

Evelina Hoisel, Manoel Barral-Netto, Nídia M. L. Lubisco,
Othon Jambeiro e Roberto Rivelino

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A168c Academia de Ciências da Bahia.

A Ciência como fundamento de políticas públicas para o Estado da Bahia: uma proposta de missões científicas para o quadriênio 2027-2030: documento de posicionamento estratégico. / Concebido e organizado por Manoel Barral-Netto. – Salvador: ACB, 2026.
37 f.: il.

DOI: 10.5281/zenodo.19583050

1. Política científica. 2. Missões científicas. 3. Saúde pública. 4. Segurança hídrica - Seminário. 5. Biodiversidade. 6. Energia renovável. 7. Equidade racial e étnica. 8. Povos indígenas. I. Hoisel, Evelina, II. Barral-Netto, Manoel, III. Lubisco, Nídia M.L., IV. Jambeiro, Othon, V. Rivelino, Roberto. VI. Rabelo, Gilson. VII. Título.

CDD 338.926



SÍNTESE EXECUTIVA

A Academia de Ciências da Bahia propõe que o governo eleito em 2026 incorpore nas suas políticas de desenvolvimento econômico três missões com problema definido, população-alvo identificada, metas com linha de base e orçamento explícito definidos com base científica e enunciados neste documento.

- Missão Saúde Integral e Equitativa: reduzir as desigualdades de saúde determinadas por renda, saneamento, moradia, exposição ambiental e raça/etnia, com foco nos 100 municípios de maior privação. Beneficiários diretos: 6,9 a 8,5 milhões de pessoas. Orçamento: R\$ 335–495 milhões.
- Missão Ambiente, Água e Bioeconomia: assegurar água para o semiárido e transformar Caatinga e Mata Atlântica em fonte de renda sustentável. Beneficiários diretos: 6 a 9 milhões de pessoas. Orçamento: R\$ 236–344 milhões, mais R\$ 120–180 milhões de infraestrutura hídrica com financiamento próprio.
- Missão Energia Limpa e Industrialização Verde: internalizar no estado a cadeia de alto valor da transição energética. Beneficiários diretos: 1,5 a 3,0 milhões de pessoas. Orçamento: R\$ 192–288 milhões.

O total de investimento em ciência, tecnologia e inovação (CTI) proposto para as missões é de R\$ 786 milhões a R\$ 1,161 bilhão no quadriênio — R\$ 197 a R\$ 290 milhões por ano —, acrescido de R\$ 120–180 milhões de infraestrutura hídrica.

Todos os indicadores propostos trazem linha de base e fonte primária identificadas. As estimativas de população beneficiada declaram sua base de cálculo e não somam benefício direto com benefício indireto.

A Academia de Ciências da Bahia (ACB) apresenta três missões científicas prioritárias para a Bahia, com metas verificáveis nos próximos quatro anos de mandato, e propõe três eixos temáticos:

- a) Saúde Integral e Equitativa (Missão Saúde),
- b) Ambiente, Água e Bioeconomia (Missão Ambiente) e
- c) Energia Limpa e Industrialização Verde (Missão Energia).

Parte-se do pressuposto de que os problemas sociais do Estado da Bahia são complexos e requerem convergência disciplinar, articulação entre setores e metas mensuráveis. Por isso cada missão aqui proposta define um problema concreto, estima a população afetada, especifica o papel da ciência, projeta impacto social e propõe indicadores de acompanhamento, governança e orçamento.

Utilizamos como base populacional de referência: 14,87 milhões de habitantes (estimativa do IBGE de 2025).

EIXOS TRANSVERSAIS NAS TRÊS MISSÕES

Redução de desigualdades e iniquidades — gênero, raça, etnia (incluindo povos indígenas e quilombolas) — é dimensão estruturante das três missões, não apêndice.

Cada missão deve:

- (a) desagregar dados por raça/cor, sexo e etnia;
- (b) incluir, a depender da temática e sempre que possível, representação de povos tradicionais nos comitês de governança;
- (c) adotar protocolo de consulta prévia, livre e informada para pesquisas de maneira geral, particularmente com povos originários;
- (d) garantir que percentual razoável - a ser definido no curso de cada ação - dos beneficiários diretos sejam populações historicamente marginalizadas;
- (e) monitorar indicadores de equidade anuais.



GOVERNANÇA

A governança das missões deverá ser de responsabilidade do Governo do Estado. A Academia de Ciências da Bahia, as instituições de ensino e pesquisa (IES) e as instituições de ciência e tecnologia (ICTs) colocam-se à disposição para contribuir no que couber, particularmente na articulação entre os dirigentes institucionais para desenvolvimento das missões, assim como na elaboração de critérios e mecanismos de acompanhamento e avaliação das missões.

A ACB propõe a instalação de um Conselho Estadual das Missões e de Comitês Técnicos para cada missão, os quais elaborariam relatórios semestrais para acompanhamento pelo Conselho Estadual das Missões Científicas.

Sugerimos também a elaboração de Painel digital online com atualização regular dos indicadores propostos, incluindo desagregação por raça/cor, gênero e etnia, com dados abertos, auditáveis e com histórico.

Considerando que a Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB) é o principal instrumento financeiro das atividades de pesquisa no estado da Bahia, nos baseamos no orçamento da FAPESB nos últimos anos para comparativo com o orçamento proposto para a iniciativa das Missões Científicas.

As missões aqui propostas requerem escala superior ao historicamente investido via FAPESB. Além da busca de complementação do orçamento através de recursos federais (CNPq, FINEP, MCTI) e internacionais (BID, BIRD, GCF), espera-se um aumento real do orçamento estadual para a Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI)²⁰.

2. Painel do SouCiencia. Disponível em: <https://souciencia.unifesp.br/dados-fctesp/faps/faps-no-contexto-nacional-de-ct-i>



MISSÃO SAÚDE:

Saúde Integral e Equitativa para a Bahia

A missão Saúde visa usar ciência, atenção primária qualificada e dados para levar saúde a quem hoje adoecer e morre mais. O alvo são as desigualdades determinadas pelas condições de vida — renda, saneamento, moradia, exposição ambiental e raça/etnia —, nos municípios e territórios de maior privação do estado

Situação atual e justificativa

Esta missão parte do reconhecimento de que os determinantes sociais e ambientais da saúde condicionam o desempenho em saúde de forma transversal a praticamente todo o espectro de agravos, e não apenas às doenças infecciosas e negligenciadas (doenças infecciosas e negligenciadas, DINs — designação aqui adotada de forma uniforme e equivalente às doenças tropicais negligenciadas na classificação do Ministério da Saúde). Populações de menor renda, negras, indígenas e residentes em territórios com infraestrutura precária apresentam piores indicadores em quase toda a gama de condições de saúde — da mortalidade infantil às doenças crônicas não transmissíveis, da saúde mental aos agravos por violência, das DINs às complicações obstétricas.

A Bahia possui a segunda maior proporção de população negra do país (80,7% autodeclarados pretos ou pardos em 2024) e a segunda maior população indígena absoluta (229.103 indígenas, Censo 2022). Esses grupos acumulam desvantagens sobrepostas e mensuráveis: taxa de desocupação de mulheres negras chega a 14,6%; 91% das mortes de jovens baianos por agressão em 2021 eram de pretos e pardos; populações indígenas urbanas têm taxa de analfabetismo de 13,6% (Censo 2022), acima da média estadual. Em 2023, 6,92 milhões de baianos — 46,0% da população — viviam abaixo da linha de pobreza e, desse contingente, 1,33 milhão (8,8%) em extrema pobreza (PNAD Contínua/IBGE, linhas do Banco Mundial de US\$ 6,85 e US\$ 2,15 PPC/dia). Registre-se que a extrema pobreza é subconjunto da pobreza, e não parcela adicional a ela. Trata-se de população desproporcionalmente exposta a saneamento inadequado, insegurança alimentar, moradia precária e menor acesso a serviços de saúde.

1. Fonte específica sobre determinantes sociais e ambientais da saúde na Bahia: CIDACS/Fiocruz Bahia — Unidade de Pesquisa em Determinantes Sociais e Ambientais das Desigualdades em Saúde (SEDHI), parceria com pesquisadores do Reino Unido e do Equador, financiada pelo National Institute for Health and Care Research (NIHR). cidacs.bahia.fiocruz.br/sedhi. A mesma equipe mantém o Índice Brasileiro de Pivação e conduz estudos sobre segregação socioeconômica e racial e seus efeitos em desfechos de saúde no Brasil, incluindo na Bahia..

A Missão Saúde propõe enfrentar as DINs assim como outros agravos à saúde no contexto de um problema mais amplo: a determinação social e ambiental da saúde. Tratar os problemas de saúde, isoladamente das condições estruturais que as produzem, tende a subestimar o problema e a limitar o alcance das políticas a um subconjunto da população que mais necessita de atenção.

Estimativa de população beneficiada

ESTIMATIVA DIRETA	6,9–8,5 MILHÕES DE PESSOAS
Base do cálculo	População residente nos territórios de maior privação social e ambiental do estado, onde os indicadores de saúde são sistematicamente piores qualquer que seja o agravo considerado. A base operacional é a população abaixo da linha de pobreza monetária — 6,92 milhões de pessoas em 2023 (46,0%; PNAD Contínua/IBGE) —, tomada como piso, acrescida da população residente nos setores censitários dos dois quintis de maior privação segundo o Índice Brasileiro de Privação (IBP/CIDACS-Fiocruz) que não é captada pelo corte monetário, o que eleva o teto a cerca de 8,5 milhões. Como referência administrativa convergente, o CadÚnico registra na Bahia aproximadamente 2,4 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família. A estimativa deliberadamente NÃO adota a população negra e indígena do estado (12,2 milhões, 82% do total) como base, porque tomar quatro em cada cinco baianos como beneficiários diretos elimina a distinção entre benefício direto e indireto e não é auditável; Propõe-se que a dimensão racial e étnica seja tratada, ao longo de toda a missão, por meio de desagregação obrigatória dos indicadores, e não como critério de contagem populacional.
Estimativa indireta	Toda a população baiana, via fortalecimento do SUS, da Atenção Primária à Saúde, dos sistemas de vigilância epidemiológica e da redução de iniquidades estruturais.

Papel da ciência

- Epidemiologia social: análise de gradientes socioeconômicos, raciais e territoriais na incidência e mortalidade de causas diversas — doenças crônicas não transmissíveis, saúde mental, mortalidade materno-infantil, DINs — e não apenas de agravos isolados
- Estudos sobre exposição ambiental (poluição, agrotóxicos, saneamento deficiente, insegurança hídrica) como determinante de saúde em populações vulneráveis
- Modelagem preditiva (IA + dados SINAN/CIDACS) para antecipar surtos de DINs e agravos associados a condições socioambientais, por território e perfil socioeconômico — com desagregação por raça/etnia
- Fortalecimento científico da Atenção Primária à Saúde territorializada, com modelos que combinem renda, raça, saneamento e acesso a serviços para priorização de recursos
- Desenvolvimento e validação de diagnósticos rápidos adaptados a municípios sem laboratório, priorizando territórios de maior vulnerabilidade social
- Pesquisa translacional em novos esquemas terapêuticos para leishmaniose visceral, doença de Chagas e demais agravos prevalentes em populações vulneráveis
- Produção de evidências sobre determinantes raciais, étnicos e socioeconômicos de saúde — protocolo raça/cor no SUS, racismo estrutural como determinante social
- Pesquisa intercultural em saúde indígena (UFBA/DSEI-BA com protocolo de consulta prévia)
- Vigilância entomológica e ambiental integrada a dados climáticos e socioeconômicos, com monitoramento em tempo real
- Uso de big data para modelar riscos combinados (ambientais e sociais) e identificar territórios e grupos de maior vulnerabilidade
- Avaliação rigorosa de intervenções: programas de transferência de renda, saneamento, atenção diferenciada à saúde indígena, cotas e bônus raciais

Impacto social esperado no quadriênio 2027–2030

- Redução da diferença de indicadores de saúde — mortalidade infantil, expectativa de vida, doenças crônicas — entre quintis de renda e grupos raciais
- Redução de 20% da taxa de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias nos 100 municípios prioritários, em coerência com a meta do quadro de indicadores
- Ampliação da cobertura de Atenção Primária à Saúde territorializada nos municípios e bairros de maior vulnerabilidade socioambiental
- Cobertura diagnóstica para leishmaniose visceral e doença de Chagas nos mesmos 100 municípios prioritários, definidos pelo Índice Brasileiro de Privação
- Completude do quesito raça/cor de pelo menos 95% no SIM e no SINASC e de 90% no SINAN e no SIH, em coerência com a meta do quadro de indicadores
- Atenção diferenciada à saúde indígena, com base em evidências interculturais
- Redução de 15% da taxa de mortalidade por agressão em homens negros de 15 a 29 anos
- Integração dos sistemas de vigilância epidemiológica, com monitoramento ambiental e socioeconômico em tempo real



Indicadores de acompanhamento

INDICADOR	LINHA DE BASE	META 2030 (4 ANOS)	FONTE DE DADOS
Razão entre a taxa de mortalidade infantil no quintil de maior privação e no quintil de menor privação	A apurar em 2026. Referência estadual: TMI de 14,5/1.000 NV em 2023 (15,1 em 2022; média nacional 12,5)	Redução de 25% da razão entre quintis extremos	SIM e SINASC (DATASUS), com estratificação areal pelo Índice Brasileiro de Privação (IBP/CIDACS-Fiocruz). O SIM não registra renda domiciliar; a estratificação é por setor censitário, não individual
Cobertura populacional da Estratégia Saúde da Família nos 100 municípios prioritários	A apurar em jun/2026 por município	95% de cobertura nos 100 municípios prioritários	e-Gestor Atenção Básica (Ministério da Saúde); CAMAB/SESAB
População dos 100 municípios prioritários com abastecimento de água por rede	A apurar (SINISA, ano-base 2024)	Aumento de 8 p.p., em trajetória compatível com a universalização prevista para 2033 no Novo Marco Legal do Saneamento	SINISA (Ministério das Cidades), que substituiu o SNIS a partir do ano-base 2024; EMBASA e CERB
Taxa de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias (CID-10 A00–B99) nos municípios prioritários, por 100 mil habitantes	A apurar (média do triênio 2023–2025)	Redução de 20%	SIM/DATASUS (numerador); estimativas populacionais do IBGE (denominador)
Letalidade da leishmaniose visceral (óbitos por 100 casos confirmados)	A apurar (SINAN, média 2023–2025)	Redução para menos de 5%	SINAN; DIVEP/SUVISA-SESAB. Indicador de letalidade expresso como proporção, e não por 100 mil habitantes
Municípios prioritários com protocolo diagnóstico ativo para leishmaniose visceral e doença de Chagas	A apurar (2026)	100 municípios com protocolo ativo, coincidentes com os priorizados pelo IBP	SINAN; LACEN-BA; DIVEP/SESAB

Completude do quesito raça/cor nos sistemas de informação do SUS na Bahia	A apurar por sistema em 2026 (SIM, SINASC, SINAN, SIH)	Pelo menos 95% no SIM e no SINASC; 90% no SINAN e no SIH	SIM, SINASC, SINAN e SIH/SUS (DATASUS), pelo indicador de completude de campo. O SIGTAP é tabela de procedimentos e não contém o quesito raça/cor
Taxa de mortalidade por agressão em homens negros de 15 a 29 anos, por 100 mil	A apurar (SIM, média 2023–2025). Referência: 91% dos óbitos de jovens por agressão na Bahia em 2021 eram de pretos e pardos	Redução de 15%	SIM/DATASUS (numerador); IBGE (denominador por raça/cor e faixa etária)
Cobertura vacinal completa em crianças indígenas menores de 5 anos acompanhadas pelo DSEI-BA	A apurar (SIASI, 2026)	Pelo menos 90%	SIASI (SESAI/ Ministério da Saúde); DSEI-BA. Substitui o indicador anterior de analfabetismo indígena urbano, para o qual não há instrumento de medição no quadriênio: o Censo é decenal e a PNAD Contínua não tem amostra para esse recorte na Bahia
Municípios com vigilância entomológica e ambiental informatizada	A apurar (2026)	50 municípios	DIVEP/SUVISA-SESAB; SECTI
Painel público de indicadores da M1, com desagregação por raça/cor, sexo e território	Inexistente (zero)	Em operação a partir do 1º semestre de 2028, com dados abertos, série histórica e atualização semestral	SECTI e SESAB; auditável pelo Conselho Estadual das Missões Científicas

Orçamento estimado (2027–2030)

COMPONENTE	ORÇAMENTO ESTIMADO	FONTES POSSÍVEIS
P&D em determinantes sociais e ambientais da saúde (epidemiologia social, exposição ambiental, condições de vida)	R\$ 70–100 milhões	MCTI/CNPq, Min. Saúde
P&D em diagnósticos, terapêuticas e vigilância epidemiológica (DINs e agravos associados a condições socioambientais)	R\$ 60–90 milhões	MCTI/CNPq, FINEP
P&D em equidade racial e étnica em saúde	R\$ 50–75 milhões	CNPq, Min. Saúde/ SESAB
Pesquisa e atenção em saúde indígena	R\$ 25–35 milhões	SESAI/Min. Saúde, DSEI-BA
Fortalecimento científico da Atenção Primária à Saúde territorializada e vigilância de determinantes sociais	R\$ 40–60 milhões	Governo BA, Min. Saúde/SESAB
Infraestrutura laboratorial e de vigilância (interior/semiárido)	R\$ 30–45 milhões	Governo BA, PAC Saúde
Sistemas de informação com desagregação racial, étnica e socioeconômica	R\$ 20–30 milhões	Governo Estadual, MCTI
Formação de recursos humanos (bolsas, incluindo epidemiologia social e Saúde Coletiva)	R\$ 40–60 milhões	CAPES, Min. Saúde

Total estimado: R\$ 335–495 milhões



MISSÃO AMBIENTE:

Segurança Hídrica, Biodiversidade e Bioeconomia

Assegurar água potável para o semiárido e transformar a Caatinga e a Mata Atlântica em fonte de renda sustentável, unindo pesquisa, monitoramento por satélite e o conhecimento das comunidades tradicionais.

Situação atual e justificativa

Esta missão integra dois desafios estruturais do território baiano: a insegurança hídrica do semiárido e a conservação com uso econômico sustentável dos biomas Caatinga e Mata Atlântica. A integração é justificada pela interdependência ecológica e social — a segurança hídrica depende da integridade dos biomas (recarga de aquíferos, regulação climática, proteção de nascentes), e a bioeconomia baseada em Caatinga é inviável sem água. Deverão ser analisados a efetividade e o impacto da missão tendo em conta as minorias populacionais como as comunidades tradicionais, populações quilombolas e povos originários.

Mais de 66% do território baiano está em área de clima semiárido. O Nordeste concentra apenas 3% da disponibilidade hídrica nacional. A Bahia abriga dois biomas de alta prioridade global: Mata Atlântica (≈12% da cobertura original remanescente) e a maior extensão de Caatinga entre os estados, ambos com altíssimo endemismo e sub-representados em pesquisa e cadeias de valor da bioeconomia.



Estimativa de população beneficiada

ESTIMATIVA DIRETA	6–9 MILHÕES DE PESSOAS
Base do cálculo	Segurança hídrica: 4–5 milhões (população rural e de pequenas cidades do semiárido sem abastecimento regular de água potável; parâmetro nacional de referência: cerca de 32 milhões de brasileiros sem acesso à água tratada, Instituto Trata Brasil, 2024, com apuração estadual a consolidar no SINISA ano-base 2024). Biodiversidade e bioeconomia: 2–4 milhões (comunidades rurais, agricultores familiares e povos tradicionais nos dois biomas). A sobreposição territorial entre os dois grupos é relevante, o que situa a soma em 6–9 milhões.
Estimativa indireta	14,87 milhões — toda a população baiana, via serviços ecossistêmicos e atração de financiamento climático internacional.

Papel da ciência

Segurança hídrica

- Modelagem climática de alta resolução para prever eventos extremos de seca por bacia hidrográfica
- Desenvolvimento e validação de sistemas de dessalinização de baixo custo para poços do semiárido
- Plataformas de monitoramento hídrico em tempo real integradas à gestão municipal
- Georreferenciamento sistemático de aquíferos (recarga, qualidade, capacidade)
- Pesquisa em culturas e manejo agropecuário adaptados à convivência com a seca, priorizando agricultoras familiares e populações originárias
- Avaliação de impacto das tecnologias sociais hídricas (cisternas, calçadões drenantes — Sistemas de Pavimentação Permeável) com desagregação por ocupação, estrutura familiar, gênero e etnia, e.g.

Biodiversidade e bioeconomia

- Inventário sistemático de biodiversidade com sensoriamento remoto e IA
- Identificação de compostos bioativos com potencial farmacológico, cosmético e alimentar
- Etnobotânica aplicada: documentação e proteção do conhecimento tradicional de povos indígenas e quilombolas
- Certificação científica de cadeias produtivas sustentáveis (mel de abelhas nativas, plantas medicinais, frutas da Caatinga)
- Modelagem econômica de REDD+ e pagamento por serviços ambientais
- Modelagem de impacto das mudanças climáticas sobre espécies endêmicas

Impacto social esperado no quadriênio 2027–2030

- Ampliação do acesso à água para consumo humano nas zonas rurais do semiárido baiano, incluindo comunidades indígenas e quilombolas
- Capacidade preditiva: antecipar em 12–18 meses eventos críticos de seca nos principais eixos fluviais
- Cadeias produtivas locais baseadas em biodiversidade gerando renda para comunidades da área
- Posicionamento da Bahia como referência nacional em bioeconomia baseada em Caatinga
- Redução da taxa de desmatamento anual nos dois biomas com monitoramento científico contínuo
- Atração de financiamento climático internacional (Green Climate Fund, REDD+) para o estado

Indicadores de acompanhamento

INDICADOR	META 4 ANOS	FONTE DE DADOS
% de famílias rurais no semiárido com acesso regular à água potável	Aumento de 15 p.p. em relação à linha de base	IBGE PNAD-C; SESAB
Municípios semiáridos com sistema de alerta precoce de seca em operação	80 municípios ao final do 4º ano	SECTI/INSA/ANA
Novos sistemas de dessalinização implantados com protocolo científico	200 unidades	MIDR/Programa Água Doce
Hectares sob monitoramento científico sistemático (satélite + campo)	Aumento de 30% em relação à LB	MapBiomias/INPE
Taxa de desmatamento anual (ha/ano) nos dois biomas na Bahia	Redução de 15% ao ano	INPE/MapBiomias
Número de produtos/compostos em processo de validação científica	20 ao final do 4º ano	FAPESB/INPI
Renda média de famílias em cadeias produtivas certificadas (R\$/mês)	Aumento de 25% em relação à LB	IBGE PNAD-C; MDA
% de projetos de pesquisa com participação de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas)	Aumento de 25% em relação à LB ao final do 4º ano	FAPESB/SECTI

Orçamento estimado (2027–2030)

COMPONENTE	ORÇAMENTO ESTIMADO (4 ANOS)
P&D hídrico (modelagem, dessalinização, monitoramento)	R\$ 60–80milhões
P&D em biodiversidade, etnobotânica e bioeconomia	R\$ 72–100milhões
Infraestrutura de monitoramento (estações, drones, IA)	R\$ 24–40milhões
Desenvolvimento de cadeias produtivas certificadas	R\$ 40–60milhões
Formação técnica e científica	R\$ 20–32milhões
Sensores e plataformas de monitoramento hídrico em tempo real	R\$ 20–32milhões
SUBTOTAL P&D E CIÊNCIA	R\$ 236–344 MILHÕES

Infraestrutura hídrica de grande escala (obras, sistemas descentralizados, cisternas, redes)	R\$ 120–180 milhões (financiamento específico)	PAC/MIDR, Gov. Estadual, BID
TOTAL MA (P&D + INFRAESTRUTURA)	R\$ 356–524 MILHÕES	



MISSÃO ENERGIA:

Industrialização Verde e Empregos Qualificados

Aproveitar a liderança da Bahia em energia eólica e solar para criar empregos qualificados, fábricas e pesquisa no próprio estado — e garantir que as comunidades que hospedam os parques também ganhem com isso.

Situação atual e justificativa

A Bahia é o estado com maior geração de energia eólica do Brasil - 21,9 GW de potência instalada, com aproximadamente 11,8 GW em eólica e 2,97 GW em solar fotovoltaica. Cerca de 93,6% da matriz elétrica estadual é de origem renovável. O setor de renováveis acumulava mais de 167 mil empregos diretos e indiretos até fevereiro de 2025 (SDE). Estudo indica que municípios brasileiros receptores de parques eólicos apresentaram PIB real 21,15% superior ao de municípios comparáveis sem parques entre 1999 e 2017, e crescimento de 20% no IDHM entre 2000 e 2010. São efeitos medidos em janelas longas e em âmbito nacional, e não de ganhos de curto prazo específicos da Bahia. Contudo, a cadeia produtiva de alto valor — fabricação de equipamentos, P&D em hidrogênio verde e materiais avançados — permanece praticamente ausente do estado.

A dimensão de equidade é estruturante: os municípios do semiárido que hospedam parques eólicos e solares, populações negras e indígenas. Os benefícios econômicos da transição energética devem alcançar essas populações por meio de emprego qualificado, energia acessível e distribuição de receita fiscal. O componente ambiental também é central: a expansão de parques sobre áreas de Caatinga requer monitoramento científico rigoroso dos impactos socioambientais.

4. 23% da expansão da matriz elétrica nacional em 2024 (eólica): SDE Bahia, Informe Executivo de Energia Eólica, jan. 2025 (ba.gov.br/comunicacao); ANEEL, Expansão da Matriz Elétrica 2024 — Bahia: 2.408,67 MW de 10.853,35 MW nacionais (22,2%, arredondado para 23% pelo próprio SDE/ANEEL). Disponível em: gov.br/aneel. | 17% da geração solar fotovoltaica nacional: mesma fonte — SDE/ANEEL, jan. 2025.

Estimativa de população beneficiada

ESTIMATIVA DIRETA	1,5–3,0 MILHÕES DE PESSOAS
Base do cálculo	População residente nos municípios baianos que se- dariam usinas eólicas ou solares em operação — base censitária verificável, a consolidar a partir do cadastro ANEEL–SIGA/SDE (482 usinas eólicas e solares regis- tradas em 2026) —, somada aos domicílios com gera- ção distribuída no estado (mais de 231 mil unidades consumidoras, ABSOLAR). O intervalo será fechado quando a lista de municípios sede estiver consolida- da. Esta versão NÃO converte projeções de empre- go em número de beneficiários: a projeção de 748 mil empregos até 2030 (ABSOLAR/ANEEL) resulta da aplicação do parâmetro de cerca de 30 empregos por MW instalado ao ano sobre os 25 GW solares proje- tados, medindo, portanto, homens-ano ao longo de toda a cadeia e de todo o período, e não estoque per- manente de ocupados — de modo que a multiplica- ção por pessoas/domicílio adotada na versão anterior superestimava a população beneficiada. Para dimen- sionamento, a população ocupada total da Bahia é da ordem de 6 milhões de pessoas.
Estimativa indireta	14,87 milhões — toda a população baiana, via redução do custo da energia, receita fiscal e geração de em- prego qualificado.

Papel da ciência

- Modelagem de impactos socioambientais de parques eólicos e solares no semiárido (biodiversidade, solos, comunidades indígenas e quilombolas)
- Desenvolvimento de grade inteligente (smart grid) para integração de geração distribuída
- Avaliação de ciclo de vida e reciclagem de equipamentos ao fim da vida útil

- Formação científica e técnica com foco em equidade: engenharia, física, química aplicadas ao setor energético — com metas de inclusão de mulheres negras e jovens do semiárido
- Pesquisa sobre distribuição socioespacial dos benefícios econômicos dos parques renováveis nos municípios receptores, com desagregação por raça e gênero

Impacto social esperado no quadriênio 2027–2030

- Internalização parcial da cadeia produtiva renovável: fabricação, manutenção e P&D na Bahia
- Posicionamento como polo nacional de hidrogênio verde (POLO de Camaçari como epicentro)
- Atração de investimento estrangeiro direto em P&D energético
- Redução do custo médio da energia para consumidores do semiárido via geração distribuída
- Formação de 10–15 mil profissionais com qualificação técnica e científica no setor, com meta mínima de 40% de mulheres e representação proporcional de negros e indígenas
- Monitoramento científico contínuo de impactos socioambientais dos parques sobre comunidades e biomas



Indicadores de acompanhamento

INDICADOR	META 4 ANOS	FONTE DE DADOS
GW de nova capacidade instalada com componente de P&D baiano certificado	5 GW com contrapartida contratualizada de P&D ou fabricação no estado, mediante regime de certificação a ser instituído por decreto no 1º ano	ANEEL; SECTI
Empresas do setor renovável com sede de P&D ou laboratório no estado	20 empresas ao final do 4º ano	SECTI/SDE
Profissionais formados na Bahia em cursos técnicos e superiores voltados ao setor energético (nº acumulado)	10–15 mil profissionais formados no quadriênio, dos quais no mínimo 40% mulheres	Censo da Educação Superior/INEP; Plataforma Nilo Peçanha (Rede Federal); SENAI-BA; UNEB/UEFS/UESB/UESC. A RAIS não registra a instituição formadora do trabalhador
Investimento estadual em P&D em hidrogênio verde (R\$ milhões/ano)	R\$ 45 milhões no 4º ano, em trajetória ascendente compatível com a dotação de R\$ 120–180 milhões no quadriênio	FAPESB/SECTI
% de mulheres em empregos técnicos e científicos do setor energético	40% ao final do 4º ano	RAIS/eSocial (MTE), com desagregação por sexo e raça/cor
Municípios com parques com protocolo de monitoramento socioambiental ativo	35 municípios ao final do 4º ano	SECTI/SEMA

Orçamento estimado (2027–2030)

COMPONENTE	ORÇAMENTO ESTIMADO	FONTES POSSÍVEIS
P&D em hidrogênio verde e materiais avançados	R\$ 120–180 mi	BNDES FINEP ANP
P&D em smart grid e armazenamento	R\$ 40–60 mi	ANEEL P&D MCTI
Formação de recursos humanos qualificados (com metas de equidade)	R\$ 32–48 mi	CAPES SENAI SDE

Total estimado: R\$ 192–288 milhões





INTERSEÇÕES ENTRE AS TRÊS MISSÕES

As missões não são independentes. Sua efetividade máxima requer articulação deliberada nos pontos de sobreposição abaixo identificados. Sugere-se que o Conselho Estadual de Missões Científicas trate essas interseções como agenda prioritária, evitando duplicação de esforços e ampliando sinergia.

Em linguagem simples: as três missões resolvem problemas ligados entre si — água limpa evita doenças, biomas saudáveis regulam o clima e energia barata faz funcionar postos de saúde e sistemas de água —, por isso precisam trabalhar juntas.

INTERSEÇÃO	MISSÕES ENVOLVIDAS	AÇÃO INTEGRADA PROPOSTA
Determinantes socioambientais e DINs	Saúde e Ambiente	A disponibilidade de água potável e o saneamento são determinantes diretos da carga de doenças, incluindo DINs. A modelagem de risco da M1 deve incorporar dados de cobertura hídrica, saneamento e qualidade da água gerados pela M2. Protocolo conjunto SESAB–CERB de vigilância epidemiológica e ambiental em municípios do semiárido.
Saúde ambiental e exposição a vetores	Saúde e Ambiente	Mudanças no uso do solo nos biomas Caatinga e Mata Atlântica alteram a dinâmica vetorial de leishmaniose e arboviroses. O monitoramento de habitats da M2 deve alimentar os modelos preditivos de agravos da M1. Comitê técnico conjunto Fiocruz/IGM–EMBRAPA–INSA.
Saúde das comunidades de entorno dos parques renováveis	Saúde e Energia	A expansão de parques eólicos e solares sobre áreas de Caatinga afeta comunidades rurais (poeira, ruído, alteração de microclima, conflitos fundiários). A M1 deve monitorar indicadores de saúde nessas populações; a M3 deve incorporar avaliação de impacto em saúde nos estudos de licenciamento ambiental.

Energia para sistemas de saúde e água no semiárido	Saúde + Ambiente e Energia	Unidades de saúde do interior e sistemas de dessalinização dependem de energia confiável. A M3 pode garantir geração distribuída renovável para esses equipamentos críticos, reduzindo custos operacionais e ampliando o alcance das missões M1 e M2 nos municípios mais remotos.
Bioeconomia e saúde: plantas medicinais e fitoterápicos	Saúde e Ambiente	O conhecimento etnobotânico documentado pela M2 sobre plantas da Caatinga com propriedades medicinais pode alimentar a pesquisa translacional da M1. Protocolo de propriedade intelectual compartilhada com comunidades tradicionais.
Energia e segurança hídrica: dessalinização com renovável	Ambiente e Energia	A dessalinização solar é tecnologia-chave para o semiárido. P&D conjunto entre a M2 (sistemas de baixo custo) e a M3 (otimização energética, smart grid local) pode produzir soluções integradas de maior escala e menor custo. EMBRAPA Semiárido-CIMATEC como parceiros centrais.
Equidade como eixo transversal das três missões	Saúde + Ambiente e Energia	Populações negras, indígenas e quilombolas são simultaneamente: as mais afetadas por determinantes sociais e ambientais adversos (M1); as guardiãs dos territórios e do conhecimento sobre os biomas (M2); e residentes dos municípios que hospedam parques renováveis sem acesso proporcional aos benefícios (M3). Um Grupo de Trabalho de Equidade transversal ao Conselho de Missões deve monitorar indicadores desagregados nas três frentes e propor correções anuais.
Mudanças climáticas como vetor comum	Saúde + Ambiente e Energia	Eventos climáticos extremos ampliam a carga de agravos de saúde (M1), degradam os biomas e a disponibilidade hídrica (M2) e afetam a geração renovável intermitente (M3). Recomenda-se um Observatório Climático Baiano de caráter transversal, vinculado ao Conselho de Missões, com participação de INMET, INPE, CIDACS e universidades estaduais.

Potenciais Parceiros Institucionais

A escala e a interdisciplinaridade das três missões requerem ampla articulação institucional. No sistema estadual e federal de CT&I e saúde: FAPESB, SECTI, SESAB, SEMA, SDE, SEPLAN, SEI, CERB, EMBASA, UFBA, UNEB, UEFS, UESB, UESC, IFBA, Fiocruz Bahia (IGM e CIDACS), SENAI-CIMATEC, EMBRAPA Semiárido e Mandioca e Fruticultura, INSA, INPE, ANA, LACEN-BA e DSEI-BA. Em âmbito federal: MCTI, CNPq, CAPES, FINEP, Ministério da Saúde e SESAI, Ministério das Cidades, MIDR e MMA. No setor produtivo e financeiro: BNDES, Banco do Nordeste, DESENBAHIA, ABEEólica, ABSOLAR, FIEB e SEBRAE. Em âmbito internacional e multilateral: BID, BIRD, Green Climate Fund, GEF, PNUD, OPAS/OMS e NIHR. Na sociedade civil e nos movimentos sociais: ASA Brasil, CONAQ, APOINME, federações de agricultura familiar e conselhos de saúde. A lista é indicativa e deverá ser consolidada pelo Conselho Estadual das Missões Científicas no primeiro semestre de execução.

Orçamento Consolidado — 4 anos (2027–2030)

Os valores abaixo representam estimativas para o componente de P&D, formação e infraestrutura científica de cada missão, acrescidos de uma rubrica específica de governança, monitoramento e avaliação, equivalente a cerca de 3% do conjunto e destinada a custear o Conselho Estadual das Missões Científicas, os comitês técnicos, o painel público de indicadores e as avaliações independentes de impacto. Não incluem investimentos de infraestrutura pública geral (obras hídricas, parques de energia), que requerem orçamentos próprios de maior magnitude. Os intervalos por missão resultam da soma dos limites inferiores e superiores de cada rubrica; a leitura recomendada é a do ponto médio, uma vez que a coincidência simultânea de todos os mínimos ou de todos os máximos é improvável.



MISSÃO	ORÇAMENTO ESTIMADO (R\$ MI)	POPULAÇÃO BENEFICIADA (DIRETA)	POPULAÇÃO BENEFICIADA (INDIRETA)
M1 — Saúde Integral e Equitativa (determinantes sociais e ambientais)	R\$ 335–495 mi	6,9–8,5 milhões	Toda a população
M2 — P&D, ciência e monitoramento ambiental	R\$ 236–344 mi	6–9 milhões	Toda a população (serviços ecossistêmicos)
M2 — Infraestrutura hídrica de grande escala (*)	R\$ 120–180 mi	—	—
M3 — Energia Limpa e Industrialização Verde	R\$ 192–288 mi	1,5–3,0 milhões	Toda a população (custo energia, emprego)
Governança, painel público de indicadores, monitoramento e avaliação de impacto (transversal às três missões)	R\$ 23–34 mi	—	—
TOTAL	CT&I: R\$ 786–1.161 mi. Infraestrutura hídrica: R\$ 120–180 mi. Total geral: R\$ 906–1.341 mi	Núcleo-alvo comum: 6,9–8,5 mi	Toda a população 14,87 milhões de pessoas

(*) Infraestrutura hídrica de grande escala: obras de sistemas descentralizados, cisternas, reservatórios e redes de distribuição. Financiamento via PAC/MIDR, Governo Estadual e BID — não contabilizado no componente de CT&I da MA.

Nota: o total de CT&I de R\$ 638 milhões–952 milhões no quadriênio representa R\$ 160–238 milhões/ano, equivalente a aproximadamente 0,04–0,06% do PIB baiano de R\$ 402,6 bilhões (2022). Acrescentando a infraestrutura hídrica (R\$ 120–180 mi), o total geral sobe para R\$ 758 milhões–1,13 bilhão. Os países líderes em inovação investem 2,5–3% do PIB em P&D total (ACB, 'Desafios da Ciência na Bahia em 2026'). O valor proposto é modesto, mas representa expansão substancial em relação ao histórico da FAPESB (média de R\$ 50–60 mi/ano de execução). O horizonte do quadriênio 2027–2030 é consistente com o mandato do governo eleito em 2026.

Nota metodológica: as estimativas de população beneficiada foram recalibradas para evitar dupla contagem entre missões. A soma aritmética das estimativas diretas (MS: 8–10 mi; MA: 6–9 mi; ME: 3–5 mi) totalizaria 17–24 mi, superando a população baiana.

Nota sobre a magnitude do esforço fiscal: o total de CT&I de R\$ 786 milhões a R\$ 1,161 bilhão no quadriênio corresponde a R\$ 197–290 milhões por ano. Medido contra o PIB baiano de R\$ 402,6 bilhões (2022, dado mais recente das Contas Regionais), isso equivale a 0,05–0,07%; medido contra o PIB projetado para 2027–2030, a fração é ainda menor. 1% da receita tributária líquida estadual, patamar que supera, com folga, o valor anual aqui proposto, ao passo que a execução recente da Fundação tem oscilado entre R\$ 50 e R\$ 60 milhões por ano. O esforço requerido é, portanto, de cumprimento de vinculação já existente, e não de criação de nova fonte.



O COMPROMISSO A SER PEDIDO AO CANDIDATO

- Dotar e executar o programa das Missões já no primeiro ano de mandato.
- Instalar o Conselho Estadual das Missões Científicas nos primeiros cem dias e publicar o painel de indicadores com as linhas de base apuradas até o final do primeiro semestre de 2027.





FONTES E REFERÊNCIAS PRINCIPAIS

Fontes demográficas e socioeconômicas

IBGE. Estimativas de População 2025. ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba.

IBGE. Censo Demográfico 2022 — Indígenas. agenciadenoticias.ibge.gov.br (ago. e dez. 2024).

SEI. Desigualdade racial na Bahia — PNADC 2024. ba.gov.br/comunicacao (nov. 2025).

SEI. Info Bahia 2025. ba.gov.br/comunicacao (fev. 2025). PIB Bahia 2022: R\$ 402,6 bilhões.

Saúde

Ministério da Saúde / SVSA. Boletim Epidemiológico DTN — jan. 2024 e jan. 2025.

PMC/OPAS. 'Mortality from neglected tropical diseases in Brazil in the 21st century'. PMC10597395.

Fiocruz Bahia. 'Prospecção de política de saúde encontra efeitos da desigualdade racial na Bahia'. fiocruz.br/noticia (1 abr. 2024).

SESAB. Saúde dos Povos Indígenas / Saúde da População Negra. saude.ba.gov.br.

Recursos hídricos e semiárido

Redalyc / Revista del CESLA, nº 23 (2019). 'A questão hídrica no semiárido baiano e as tecnologias sociais de aproveitamento de água de chuva'.

Instituto Trata Brasil / GO Associados. Ranking do Saneamento 2024. trata-brasil.org.br.

Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. Programa Água Doce. Fev. 2026. gov.br/mdr.

Biodiversidade

ACB. 'Desafios da Ciência na Bahia em 2026'. Salvador, 17 dez. 2025. ciencias-bahia.org.br.

MMA. Mapa de Biomas do Brasil. gov.br/mma.

Energia renovável

SDE Bahia / ANEEL. Informe Executivo de Energia Eólica — resultados 2024. ba.gov.br/comunicacao (mar. 2025).

SDE Bahia / ANEEL–SIGA. Energias renováveis na Bahia — 482 usinas eólicas e solares em operação (93,6% de matriz renovável). ba.gov.br/sde (mar. 2026).

ABAHIASOLAR. 'Potencial da Energia Solar na Bahia: Crescimento e Investimentos'. Jul. 2024. abahiasolar.org.br.

Bahia Recôncavo. 'Bahia líder em energia limpa'. Mar. 2026. bahiareconcavo.com.br.

Ciência, tecnologia e financiamento

FAPESB. '22 anos: R\$ 1 bilhão investido em CT&I na Bahia'. Ago. 2023. fapesb.ba.gov.br.

FAPESB. 'Fapesb celebra 23 anos e anuncia R\$ 58,3 milhões'. Ago. 2024. fapesb.ba.gov.br.

SECTI/CONCITECI. Resolução nº 004, publicada no DOE de 28/11/2025.



AS TRÊS MISSÕES E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

As três missões se alinham com a Agenda 2030 da ONU. O quadro abaixo relaciona cada missão com os ODS mais relevantes, identificando os alvos específicos que as ações propostas contribuem para alcançar.

ODS DIRETAMENTE RELACIONADOS	ALVOS ODS MAIS RELEVANTES	ODS INDIRETOS / TRANSVERSAIS
M1 — Saúde Integral e Equitativa (determinantes sociais e ambientais)		
ODS 1 (Erradicação da Pobreza) ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) ODS 10 (Redução das Desigualdades)	1.a (mobilização de recursos para reduzir a pobreza); 3.3 (doenças infecciosas e negligenciadas); 3.8 (cobertura universal de saúde); 3.b (acesso a medicamentos essenciais); 3.d (capacidade de alerta e gestão de riscos); 10.2 (inclusão social e econômica independente de raça/etnia); 10.3 (igualdade de oportunidades)	ODS 4 (Educação de Qualidade); ODS 5 (Igualdade de Gênero); ODS 6 (Saneamento); ODS 16 (Instituições Eficazes); ODS 17 (Parcerias)
M2 — Ambiente, Água e Bioeconomia		
ODS 2 (Fome Zero) ODS 6 (Água Potável e Saneamento) ODS 15 (Vida Terrestre)	6.1 (acesso universal à água potável); 6.4 (uso eficiente da água); 6.6 (proteção de ecossistemas hídricos); 15.1 (conservação de ecossistemas terrestres e de água doce); 15.5 (proteção de espécies ameaçadas); 15.9 (integração de ecossistemas ao planejamento); 2.4 (sistemas alimentares sustentáveis)	ODS 1 (Erradicação da Pobreza); ODS 8 (Trabalho Decente); ODS 10 (comunidades tradicionais); ODS 13 (Ação Climática); ODS 14 (Vida na Água); ODS 17 (Parcerias)

M3 — Energia Limpa e Industrialização Verde

ODS 7 (Energia Limpa e Acessível) ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) ODS 13 (Ação Climática)	7.1 (acesso universal a serviços de energia); 7.2 (expansão de energias renováveis); 7.a (pesquisa e tecnologia em energia limpa); 9.4 (modernização industrial sustentável); 9.5 (P&D e inovação); 13.2 (integração de medidas climáticas); 13.3 (educação e capacitação climática)	ODS 8 (Trabalho Decente); ODS 10 (distribuição de benefícios por raça/gênero); ODS 11 (Cidades Sustentáveis); ODS 17 (Parcerias)
---	--	--

Eixos transversais (equidade, gênero, raça, etnia)

ODS 5 (Igualdade de Gênero) ODS 10 (Redução das Desigualdades) ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições)	5.1 (fim da discriminação de gênero); 5.5 (participação igualitária de mulheres em liderança); 10.2 (inclusão independente de raça e etnia); 10.3 (igualdade de oportunidades); 16.b (políticas não discriminatórias)	Presente nas três missões como requisito estrutural, não como adendo. Monitoramento via indicadores desagregados por sexo, raça/cor e etnia em todas as missões.
--	---	--

Nota: a correspondência com os ODS facilita o acesso a mecanismos de financiamento vinculados à Agenda 2030, incluindo o Green Climate Fund (GCF), o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), o PNUD e instrumentos do BID. Recomenda-se que os relatórios anuais de cada missão incluam seção específica de monitoramento dos alvos ODS acima mapeados.

Nota metodológica

Fontes e verificação. Os dados demográficos e socioeconômicos provêm do IBGE (Censo 2022, PNAD Contínua e estimativas populacionais), da SEI/SEPLAN e do CadÚnico. Os dados de saúde provêm dos sistemas nacionais de informação (SIM, SINASC, SINAN, SIH, SIASI, e-Gestor Atenção Básica) e da SESAB. Os dados de saneamento provêm do SINISA, que sucedeu o SNIS a partir do ano-base 2024. Os dados de energia provêm da ANEEL, da SDE, da ABEEólica e da ABSOLAR. Sempre que a fonte primária é um parâmetro derivado, e não uma medição direta, o documento explicita a derivação — é o caso da projeção de empregos do setor solar.

Tratamento de linhas de base. Onde a linha de base não estava apurada no momento da redação, o quadro de indicadores identifica o sistema de informação e o momento da apuração, em lugar de registrar um valor não verificado. A apuração das linhas de base é a primeira tarefa operacional do Conselho Estadual das Missões Científicas e deve estar concluída até o final do primeiro semestre de 2027.

Tratamento de intervalos. Os intervalos orçamentários por rubrica correspondem a aproximadamente $\pm 20\%$ em torno de um valor central. Os totais somam os limites inferiores entre si e os superiores entre si, o que produz intervalo mais largo do que o estatisticamente provável; a leitura recomendada é a do ponto médio.

Uso de inteligência artificial. Ferramenta de inteligência artificial (Claude, Anthropic) foi utilizada como apoio à redação, à formatação e à revisão de consistência interna. A concepção, as decisões de conteúdo, a seleção de fontes e a responsabilidade pelo texto são integralmente dos autores e da Academia de Ciências da Bahia.



NOTA METODOLÓGICA

Fontes e verificação. Os dados demográficos e socioeconômicos provêm do IBGE (Censo 2022, PNAD Contínua e estimativas populacionais), da SEI/SEPLAN e do CadÚnico. Os dados de saúde provêm dos sistemas nacionais de informação (SIM, SINASC, SINAN, SIH, SIASI, e-Gestor Atenção Básica) e da SESAB. Os dados de saneamento provêm do SINISA, que sucedeu o SNIS a partir do ano-base 2024. Os dados de energia provêm da ANEEL, da SDE, da ABEEólica e da ABSOLAR. Sempre que a fonte primária é um parâmetro derivado, e não uma medição direta, o documento explicita a derivação — é o caso da projeção de empregos do setor solar.

Tratamento de linhas de base. Onde a linha de base não estava apurada no momento da redação, o quadro de indicadores identifica o sistema de informação e o momento da apuração, em lugar de registrar um valor não verificado. A apuração das linhas de base é a primeira tarefa operacional do Conselho Estadual das Missões Científicas e deve estar concluída até o final do primeiro semestre de 2027.

Tratamento de intervalos. Os intervalos orçamentários por rubrica correspondem a aproximadamente $\pm 20\%$ em torno de um valor central. Os totais somam os limites inferiores entre si e os superiores entre si, o que produz intervalo mais largo do que o estatisticamente provável; a leitura recomendada é a do ponto médio. Uso de inteligência artificial. Ferramenta de inteligência artificial (Claude, Anthropic) foi utilizada como apoio à redação, à formatação e à revisão de consistência interna. A concepção, as decisões de conteúdo, a seleção de fontes e a responsabilidade pelo texto são integralmente dos autores e da Academia de Ciências da Bahia.

Bahia: ciência como base para três missões de desenvolvimento socioeconômico. (2027-2030)

Academia de Ciências da Bahia - Eleições 2026

Organização

Manoel Barral-Netto - Presidente

Autores

Evelina Hoisel
Manoel Barral-Netto
Nídia M. L. Lubisco
Othon Jambeiro
Roberto Rivelino

Projeto gráfico

Gilson Rabelo



Academia de
Ciências da Bahia

Rua Professor Aristides Novis, nº 203, Sala F, Federação
Colina de São Lázaro - CEP.: 40.210-630 Salvador/BA
www.cienciasbahia.org.br | secretaria.acbahia@gmail.com
CNPJ: 13.729.494/0001-91